

OUTRAS ECONOMIAS URBANAS:

Repensar o trabalho e a terra na cidade periférica

João Bosco Moura Tonucci Filho (Cedeplar/FACE/UFMG)

RESUMO GERAL

O objetivo desta sessão livre é debater a pertinência, os limites e as potencialidades das chamadas “outras economias” para repensarmos as práticas de produção e reprodução da/cidade periférica brasileira, com particular atenção para o trabalho e para a terra. A ideia de constituir um grupo para debater “outras economias urbanas”, populares e solidárias, surgiu como fruto do Seminário “Metodologias e práticas de trabalhos transdisciplinares”, promovido pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais (IEAT-UFMG) em julho de 2018, no âmbito do projeto de pesquisa “Das economias alternativas às alternativas à economia”, coordenado pelo prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (Cedeplar/FACE/UFMG), e contando com a participação de professoras/es e pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimento. O prof. Monte-Mór estará também presente na sessão livre para contribuir com o debate.

A sessão é motivada pela percepção de esgotamento dos referenciais teórico-conceituais que, no intuito de desvendar os mecanismos e circuitos de operação do capital e da intervenção do Estado na produção do espaço urbano, acabaram por relegar à periferia – teórica e prática – um conjunto bastante diverso e heterogêneo de práticas, racionalidades, sujeitos e relações que não se enquadram nas definições mais estritas da economia capitalista, ou mesmo do planejamento urbano mais estatal. Durante muitos anos, este conjunto de atividades e práticas de produção e reprodução das classes populares recebeu denominações várias, como “setor informal”, “polo marginal”, “exército industrial de reserva” etc. Estas noções, apesar de desgastadas, até hoje definem este universo como o negativo de um polo moderno, formal e integrado da economia, na crença de que sua existência passageira seria não mais do que a expressão de um processo de modernização inconcluso, fadado a desaparecer com o desenvolvimento.

Não apenas esta hipótese revelou-se falsa para os países dito subdesenvolvidos ou periféricos, como mostrou-se descolada das profundas transformações que aconteciam no próprio núcleo do sistema capitalista desde a década de 1970, resultando na desconstrução – ou pelo menos no enfraquecimento – das relações de trabalho assalariado formais, um dos pilares do fordismo e dos Estados keynesianos de Bem-estar social. O capitalismo neoliberal contemporâneo, global e financeirizado, revela-se cada vez mais incapaz de incorporar de modo duradouro e estável uma parcela muito substantiva da população trabalhadora

mundial, seja nos seus centros e periferias, amplificando situações de desemprego estrutural, ou de emprego sob formas precárias, temporárias etc.

Deste modo, desde a década de 1980, vários autores vêm desenvolvendo teorias e análises sobre as formas pelas quais coletivos de trabalhadores das classes populares garantem sua reprodução, quando não vinculados diretamente ao emprego formal ou público, mas através de uma pluralidade de práticas e relações econômicas não-capitalistas, muitas das quais enredadas em relações sociais não-mercantis. Estas práticas, atividades e agentes constituem o universo das “outras economias”, a que se somam também experiências políticas de construção de formas alternativas, mais coletivas e democráticas, ou mesmo autogeridas, de produção, circulação e consumo.

Em oposição à “falácia economicista” do pensamento liberal que identifica a economia com sua forma de mercado, insiste-se na existência de uma enorme variedade de formas de organização econômica marcadas, em graus diversos, por relações de reciprocidade, domesticidade e redistribuição. Assim, a economia do ser humano, via de regra, deve ser entendida como mergulhada em relações sociais, ou seja, a produção e distribuição de bens materiais (e imateriais) geralmente encontra-se “enraizada” em dimensões culturais, religiosas, familiares, comunitárias e morais da vida em sociedade. A economia precisa também ser vista como realidade histórica em que coexistem tanto formas que teimam em não desaparecer, a despeito de sua invisibilização, quanto formas que anunciam novas possibilidades (tais quais o trabalho do cuidado, as relações camponesas, o trabalho familiar, a economia solidária etc.). Urge, portanto, reconhecer a existência hoje de diversas atividades econômicas não-capitalistas, sem deixar de compreender também os complexos modos pelas quais elas podem estar mais ou menos subordinadas à hegemonia do capital, ou mesmo sendo funcionais à reprodução do sistema.

São diversos os conceitos mobilizados para apreensão das práticas e relações econômicas que não cabem completamente na economia empresarial capitalista e nem na economia do setor público. Na Europa, o termo economia social ganha relevância ao tratar das organizações de ajuda mútua, do comércio justo, das cooperativas e das associações de trabalhadores. Na América Latina, a economia popular é identificada como locus da reprodução de boa parte da classe trabalhadora, atingida pelo desemprego estrutural e da exclusão social desde os fins do século XX. Já a economia solidária é associada no Brasil a uma possibilidade de uma economia pós-capitalista com base na autogestão e na ausência de exploração do trabalho pelo capital. A isso somam-se as contribuições e debates com a economia feminista, a economia ecológica e ambiental, o debate sobre os recursos comuns, dentre outras perspectivas abrigadas sob a denominação das “outras economias”. A questão ecológica e da sustentabilidade desponta como um dos principais desafios para a construção de outros sistemas econômicos voltados à reprodução da vida e da natureza.

Trabalho e terra, dois elementos fundantes da vida social tornados “mercadorias fictícias” no capitalismo moderno, encontram-se hoje no centro das discussões sobre a construção das novas economias. Constituem também dois eixos importantíssimos para se pensar a urbanização brasileira contemporânea, marcada por clivagens e conflitos complexos que expressam, dentre outras dimensões, desigualdades estruturais fundadas sobre relações de trabalho e condições de acesso à terra, seja para moradia ou para cultivo,

bastante assimétricas. As reflexões aqui reunidas debruçam-se sobre um conjunto de práticas e relações relativas ao mundo do trabalho e à questão fundiária da cidade periférica brasileira, tais quais o trabalho dos ambulantes, a economia popular nas ocupações por moradia, a economia social e solidária metropolitana, as práticas da agricultura e da agroecologia urbana, os mercados informais da terra, dentre outros.

Acreditamos que resgatar a ideia de uma economia popular urbana, ampliando seu sentido na direção de “outras economias”, é também construir uma alternativa teórica e discursiva aos modelos das “cidades globais”, “cidades criativas”, “cidades inteligentes”, dentre outras. Noutra direção, busca-se aproximar os debates sobre as outras economias ao campo dos estudos urbanos, e da economia urbana em particular, tomando como premissa a centralidade das questões de produção/reprodução material para compreender criticamente a sociedade urbana brasileira, em formação. Dado o contexto atual de aprofundamento do modelo neoliberal, com roupagens cada vez mais autoritárias, cabe discutir de que modo a Universidade Pública pode contribuir para identificar, fortalecer e construir outras economias urbanas que atendam às necessidades populares, partindo das condições e experiências concretas da cidade periférica brasileira.

A COMPLEXIDADE DA ECONOMIA DE UM BAIRRO POPULAR: UM CAMINHO ALTERNATIVO DE ANÁLISE

Luciana Corrêa do Lago (NIDES/UFRJ)

Os espaços da vida cotidiana das classes populares se distinguem dos demais espaços pela complexidade das relações sociais ali enraizadas. A complexidade está na trama de formas de produzir e circular bens e serviços fundamentais para a reprodução da vida humana que foram sendo supridos pela combinação diferenciada em cada território, entre estratégias familiares e associativas de autoprodução, políticas redistributivas e ações empresariais. Essa trama de racionalidades econômicas faz com que a economia popular ultrapasse muitas vezes as fronteiras da comunidade.

A abordagem da economia social e solidária do economista José Luís Coraggio propõe outro olhar sobre a economia popular que não o da “informalidade”, ao pressupor a sua potência em desestabilizar o poder do mercado sobre as relações humanas. A carência de metodologias que busquem desvendar tais potências e incorporem as inúmeras práticas econômicas não monetárias de reprodução da vida motivou o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa com esses objetivos, num bairro periférico da metrópole do Rio de Janeiro. Apresentaremos alguns resultados da pesquisa, com foco nas estratégias familiares de reprodução da vida e suas capacidades de trabalho, nas práticas solidárias extrafamiliares e suas territorialidades e nos efeitos das condições da moradia e do bairro sobre as estratégias econômicas.

ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DO CARÁTER CONTEMPORÂNEO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Sibelle Cornélio Diniz (Cedeplar/Face/UFMG; Grupo Colmeia Solidária UFMG)

Desde que o debate sobre a economia popular e solidária se instalou na América Latina, esta “outra economia” passou por transformações ligadas às reconfigurações no mundo do trabalho, da produção e do consumo. Compreendemos que a elevação da economia popular, de componente precário das redes globais a componente fundamental de uma economia plural, não se dará sem transformações profundas nos mecanismos de regulação que regem as relações cotidianas e as orientações das políticas públicas. Nesse sentido, pretende-se discutir a configuração dos circuitos superior e inferior da economia urbana no momento atual, buscando problematizar de que modo a hibridação de recursos dos dois circuitos no território coloca possibilidades para a economia popular. Num segundo momento, tratamos dos processos de urbanização e de como a politização do tecido social que acompanha a extensão das condições gerais de produção aos territórios abre espaços para a maior articulação em torno da economia popular e solidária ao expandir as sinergias possíveis entre os modos de integração econômica. Por fim, tratamos do conceito de economia plural em conexão ao de desenvolvimento endógeno, considerando estas noções como chaves para a compreensão do papel da economia popular dentro de outro modo de regulação das relações econômicas.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO E DISPUTAS PELO ESPAÇO: UM OLHAR A PARTIR DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS E DE PLANEJAMENTO

Heloisa Soares de Moura Costa e Daniela Adil Oliveira de Almeida (PPG Geografia e Grupo AUÊ! - UFMG; SUSAN/Prefeitura de Belo Horizonte e Grupo AUÊ! - UFMG)

A produção de alimentos para auto-consumo, para troca e comercialização em circuitos curtos, constitui uma face ainda pouco visível, mas cada vez mais importante dos processos de reprodução social em regiões intensamente urbanizadas como as regiões metropolitanas. As experiências e práticas de agricultura urbana, especialmente as de base agroecológica, objetos de estudo e atuação do Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, têm se revelado uma excelente oportunidade para compreender melhor as dinâmicas híbridas que articulam produção e reprodução em bases solidárias, os universos urbanos e rurais, saberes tradicionais e recentemente aprendidos, os movimentos sociais e as redes de apoio à produção e à certificação de qualidade.

Estas práticas descortinam de forma clara a luta por soberania e segurança alimentar, como também os conflitos relacionados à terra urbana e às formas de apropriação social da

natureza, na medida em que se contrapõem e disputam espaço, literalmente, com formas mais rentáveis de reprodução do capital investido na dinâmica imobiliária hegemônica, particularmente na expansão urbana. Buscaremos dar visibilidade a algumas destas práticas e experiências e também discutir algumas possibilidades de incorporação destas práticas produtivas (em transição) agroecológicas às experiências de planejamento em curso nos níveis metropolitano e local na RMBH.

TRABALHO INFORMAL E PLANEJAMENTO URBANO EM BELO HORIZONTE: UMA ANÁLISE DA “OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA DO PLANO DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE CAMELÔS DO HIPERCENTRO”

Mara Nogueira (London School of Economics and Political Science - LSE;
Grupo Colmeia Solidária - UFMG)

A reflexão aqui proposta busca contribuir para uma visão holística do planejamento urbano, pontuando a necessidade de se pensar a relação do trabalho, notadamente o trabalho dito “informal”, com a moradia e o espaço urbano. Para tanto, uma discussão sobre o comércio popular de rua do hipercentro de Belo Horizonte será apresentada. Em meados de 2017 a prefeitura municipal iniciou a implementação da “Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro” que visava a remoção de vendedores ambulantes do centro e sua realocação em shoppings populares. Como resultado, um movimento de resistência dos trabalhadores ambulantes foi articulado com apoio de movimentos de luta pela moradia e outras organizações locais. A partir da análise deste conflito, a fala aqui proposta pretende expor o impasse entre trabalhadores e governo focando em três pontos. Primeiramente, são apresentadas as continuidades e rupturas observadas entre a política atual e tentativas anteriores de “revitalização” do hipercentro. Em segundo lugar, buscar-se-a examinar discursos e estratégias utilizadas pelo município e pelos movimentos de resistência para, respectivamente, justificar e combater a política. Finalmente, pretende-se revelar distintas percepções sobre o espaço urbano e sua função social, com foco nas relações entre trabalho, moradia e planejamento.

MERCADOS IMOBILIÁRIOS INFORMAIS E OUTRAS ECONOMIAS URBANAS: O DESAFIO DA (DES)MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E DA MORADIA

João Bosco Moura Tonucci Filho (Cedeplar/FACE/UFMG; Grupo Colmeia
Solidária - UFMG)

Nas metrópoles brasileiras, marcadas por extrema desigualdade socioespacial, uma das principais vias de acesso das classes populares à cidade se dá pela ocupação de terrenos e/ou pelos mercados fundiários/imobiliários informais. Estes mercados não podem ser descritos como plenamente capitalistas, posto que se organizam sobre relações “extra-

econômicas” e instituições não-estatais, além de envolverem formas de trabalho não assalariadas (autoconstrução, mutirão), conjugarem relações distintas de informalidade e de propriedade, e serem atravessados tanto pela lógica da necessidade quanto da acumulação. Procurando articular as discussões sobre mercados informais da terra e economia popular, a reflexão aqui proposta orienta-se por duas questões: a) quais são as implicações de repensarmos os mercados de terra e imóveis nas periferias como parte da economia popular urbana, para além da sua caracterização como “informais”?; b) é possível pensar um horizonte de transformação de mercados imobiliários informais em economias sociais e solidárias urbanas? A reflexão tem como norte a desmercantilização da terra e da moradia, apoiada sobre o reconhecimento de formas de posse e propriedade mais coletivas e inclusivas que a propriedade pública ou privada. As experiências de autogestão da moradia, cooperativas habitacionais, ocupações organizadas etc. serão tomadas como expressões destas “outras economias urbanas” envolvidas na produção da cidade periférica.